



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

# RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

## 07 de Março 2025

**Elaborado por:** Serviços de Imprensa

Av.<sup>a</sup> da República nº68, 1069-213  
Lisboa - Portugal  
Telf.: (+351) 965902180  
Fax: (+351) 217 951 778  
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



**mirex.gov.ao**  
Ministério das Relações Exteriores

Quarta-feira, 07 de Março 2025

## Presidente da República exonera e nomeia embaixadores

O Presidente da República, João Lourenço, assinou, esta sexta-feira, dois decretos a exonerar e nomear embaixadores, no âmbito da rotatividade no sector diplomáticos.

Eis seguintes entidades exoneradas:

Júlia de Assunção Cipriano Machado, do cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Angola acreditada na República de Cabo Verde;

Maria de Fátima Monteiro Jardim, do cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Angola acreditada na República da Itália ; e Oliveira Francisco Joaquim Encoge, do cargo de Representante Permanente da República de Angola junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP.

Hoje também, e noutro decreto, o Presidente da República nomeou:

- Agostinho Tavares da Silva Neto, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola na República de Cabo Verde;

- Evaristo Malheiros Dias da Silva, para o cargo de Representante Permanente da República de Angola junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP;

- Josefa Leonel Correia Sacko, para o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Angola na República da Itália; e Margarida Rosa da Silva Izata, para o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Angola na República da Hungria. (J.A)++++

## Continente africano vai ter uma Agência de Segurança Alimentar

O continente africano vai dispor, em breve, de uma Agência de Segurança Alimentar dedicada à coordenação e harmonização de políticas ligadas ao sector, regulamentações e estruturas de avaliação de risco em todos os Estados-membros. A decisão para a criação da instituição resultou da adopção, pela última sessão ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA), do estatuto que permite o seu estabelecimento. A UA, cujo líder em exercício é o Chefe de Estado angolano, João Lourenço, considerou o passo histórico, por constituir um avanço significativo no compromisso do continente em proteger a saúde do consumidor, fortalecer a governança da segurança alimentar e facilitar o comércio de produtos alimentícios seguros, sob a Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZCLCA), assim como melhorar a segurança alimentar em todo o continente. A medida, refere a UA, é uma resposta à carga desproporcional de doenças transmitidas por alimentos em África, que afecta 91 milhões de pessoas e resulta em 137 mil mortes por ano — um terço da mortalidade global, devido a doenças transmitidas por alimentos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A União Africana destaca que o quadro económico de alimentos inseguros é, igualmente, “impressionante”, com o Banco Mundial a estimar perdas de 110 biliões de dólares por ano na região Subsaariana do continente africano e no Sudeste Asiático, devido à perda de produtividade e custos médicos. O ex-presidente da Comissão da União Africana, o tchadiano Moussa Faki, enfatizou o impacto transformador do estabelecimento da Agência de Segurança Alimentar em África como um marco crucial na jornada de África em direcção a um continente mais integrado e próspero. Esta instituição, disse Moussa Faki, vai desempenhar um papel fundamental na harmonização dos padrões de segurança alimentar em todo o continente, apoiando, de forma directa, os objectivos da ZCLCA, bem como promover as metas da Agenda 2063. Por seu turno, a comissária cessante para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Meio Ambiente Sustentável, a embaixadora angolana Josefa Sacko, adianta que a criação

da Agência de Segurança Alimentar Africana representa um passo decisivo para a transformação dos sistemas agro-alimentares do continente.

Josefa Sacko afirmou que a instituição vai ajudar a proteger a saúde pública e impulsionar o comércio intra-africano, ao facilitar a harmonização dos padrões de segurança alimentar e apoiar os Estados-membros na construção de sistemas robustos de controlo de alimentos.

### **Centro continental de dados de segurança**

De acordo com informações avançadas pela União Africana, a Agência vai estabelecer um centro continental de dados de segurança alimentar e um sistema de alerta rápido, de modo a fornecer suporte aos Estados-membros na gestão de riscos e emergências de segurança alimentar. A instituição, prossegue a organização continental, coordenará, ainda, iniciativas de segurança alimentar ao nível continental, complementando e fortalecendo a função de coordenação de segurança alimentar das Comunidades Económicas Regionais. A expectativa é que, com o seu estabelecimento, se impulsione a competitividade dos produtos agrícolas e alimentícios de África, tendo em conta um dos seus objectivos, que passa por garantir a conformidade com os padrões internacionais de segurança alimentar. Para a União Africana, este passo será fundamental para desbloquear novas oportunidades de mercado, reduzir barreiras comerciais e aumentar a confiança do consumidor nos produtos alimentícios africanos.

À medida que o continente africano embarca nessa jornada transformadora, a União Africana apela a todas as partes interessadas — incluindo governos, parceiros de desenvolvimento e o sector privado — para apoiarem a operacionalização da Agência Africana de Segurança Alimentar. Para a sua operacionalização, a Comissão da União Africana foi encarregada de acelerar o processo, sem descurar a implementação de estruturas e o estabelecimento de quadros de trabalho em conjunto com os Estados-membros e parceiros. (J.A)++++

## **Diplomata angolano propõe financiamento climático justo**

Angola defendeu na sede da ONU, em Nova Iorque, a necessidade de um financiamento climático justo e previsível, apelando aos países desenvolvidos a honrarem o seu compromisso de mobilizar 100 mil milhões de dólares anuais para avançar na operacionalização da Nova Meta Quantificada Colectiva sobre Financiamento Climático. Discursando no plenário da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na quarta-feira, o representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, embaixador Francisco José da Cruz, falou sobre as prioridades e preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas 2025 (COP 30), tendo reiterado a posição do país sobre a criação de mecanismos financeiros acessíveis e directos para as nações africanas, garantindo que os fundos cheguem às comunidades mais afectadas. O diplomata sublinhou que os países desenvolvidos devem continuar a apoiar os países em desenvolvimento para a sustentabilidade financeira a longo prazo, a fim de proteger as áreas e estabelecer um sistema eficaz de monitorização e fiscalização.

O embaixador Francisco Ramos da Cruz defendeu, igualmente, uma transição energética justa e inclusiva, reafirmando a necessidade de uma transição energética que considere as realidades de África.

“Defendemos soluções que combinem o desenvolvimento das energias renováveis com a utilização sustentável dos nossos recursos naturais, evitando restrições que possam prejudicar o crescimento económico e o acesso à energia de milhões de africanos”, ressaltou.

(J.A)++++

## **Angola e Rússia pretendem afinar eixos da cooperação**

Angola e Rússia analisaram a possibilidade da realização de uma reunião da Comissão Conjunta Intergovernamental, com vista a afinar os principais eixos da cooperação estratégica entre os dois Estados, que abrange domínios como energia, defesa, comércio, ensino superior e inovação tecnológica. A intenção foi manifestada ontem

durante um encontro, em Luanda, entre o ministro das Relações Exteriores, Tété António, e o embaixador da Federação Russa em Angola, Vladimir Tararov. A troca de visitas de alto nível também mereceu atenção durante o encontro, num contexto em que Angola e a Rússia procuram dinamizar os contactos político-diplomáticos e promover iniciativas ligadas ao aprofundamento da relação bilateral. Segundo uma nota do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), este foi o segundo encontro entre as duas entidades em menos de duas semanas, o que traduz o firme compromisso das duas nações de reforçar as relações bilaterais. Durante o encontro, os dois diplomatas debruçaram-se sobre a intenção da realização de uma nova edição da Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros África-Rússia, a ser acolhida por uma capital africana a designar. As relações político-diplomáticas entre Angola e a Federação Russa remontam desde 8 de Outubro de 1976, quando foi assinado, em Moscovo, o Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois países. Este tratado estabeleceu as bases para uma cooperação multifacetada, que se mantém até aos dias de hoje. Desde então, os laços entre os dois países evoluíram, mantendo-se historicamente fortes, com base numa parceria nos mais variados domínios. Após a dissolução da União Soviética, em 1991, a Federação Russa herdou os compromissos e as relações com Angola, consolidando os laços através de visitas oficiais de alto nível e acordos de cooperação em diferentes sectores. No contexto geopolítico actual, a relação entre Angola e a Rússia tem sido gerida com equilíbrio, uma vez que Angola mantém uma política externa pragmática e procura diversificar as suas parcerias internacionais. (J.A)++++

## **Governadora destaca grau de promoção das mulheres**

O Executivo tem estado a promover mulheres em cargos de direcção e chefia em órgãos de soberania em Angola, em especial o Presidente da República, que tem tido esta atenção, para que haja paridade de género em diferentes instituições governamentais”, afirmou, quarta-feira, na cidade de Caxito, a governadora provincial do Bengo.

Maria Antónia Nelumba, que falava durante a abertura da Jornada Março Mulher, inserida no jubileu dos 50 anos da Independência Nacional, disse que as mulheres do país, em particular da província do Bengo, já alcançaram diferentes conquistas e direitos em diversos sectores, embora haja ainda um longo caminho a percorrer em termos de igualdade de oportunidades. “As mulheres devem estar inseridas nos centros de decisão, para que possamos colocar as nossas preocupações e ver os nossos direitos salvaguardados. Temos muitas mulheres engajadas no âmbito da saúde e muitas delas são responsáveis. Hoje, as mulheres assumem cargos importantes em órgãos de soberania em Angola, quando no passado era impossível”, salientou. Para exercerem cargos no Governo, referiu Maria Antónia Nelumba, as mulheres devem apostar na academia e na formação técnico-profissional, para a contínua inclusão, emancipação e empoderamento. “As mulheres angolanas devem continuar a apostar na formação académica e profissional, para assegurar a sua participação no desenvolvimento do país e o alcance da paridade de género. O Estado angolano tem implementado medidas de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e inclusão social e económica das mulheres”, reconheceu a governante. Na ocasião, a directora provincial do Gabinete de Acção Social e Igualdade de Género, Marcelina Matari, disse que uma das prioridades para este ano passa pela mobilização da sociedade sobre a importância da inclusão, igualdade de oportunidades para as mulheres, com a realização de várias palestras, incluindo a distribuição de meios para as mais vulneráveis. Edvaldo Lemos | Caxito.

(J.A)++++

## **SADC analisa questões de segurança alimentar**

**O Comité Permanente de Altos Funcionários da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) deu início, ontem, à sua reunião, com vista à preparação da sessão do Conselho de Ministros, agendada para os dias 12 e 13 de Março de 2025, em Harare, Zimbabwe. Os ministros vão analisar, de igual modo, a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento**



**Regional da SADC**, o impacto dos recentes desenvolvimentos geopolíticos globais na SADC e Segurança Alimentar e Nutricional na região. A Sessão do Conselho de Ministros vai analisar igualmente o grau de cumprimento das decisões do Conselho e da Cimeira de Agosto de 2024, os relatórios dos Comités de Finanças e dos Recursos Humanos e Administração. A anteceder o encontro do Comité Permanente de Altos Funcionários realizou-se, de 4 a 5 de Março, a Reunião de Altos Funcionários e Especialistas sobre a implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030. À margem das reuniões, os altos funcionários efectuaram uma visita ao Centro Regional de Formação em Manutenção de Paz da SADC (RPTC), sediado na cidade de Harare, capital do Zimbabwe. A delegação angolana na Reunião dos Altos Funcionários é chefiada pelo secretário nacional da SADC, embaixador Nazaré Salvador, e integra a embaixadora de Angola no Botswana e representante permanente junto da SADC, Beatriz Morais, além de altos funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, do Planeamento e das Finanças, da Embaixada de Angola na República do Botswana e junto da SADC e da Embaixada de Angola na República do Zimbabwe. O Conselho de Ministros supervisiona o funcionamento e o desenvolvimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e garante que as políticas sejam devidamente implementadas. O Conselho é composto por ministros de cada Estado-membro, normalmente os titulares das pastas dos Negócios Estrangeiros, da Planificação Económica ou das Finanças. Este órgão reúne-se duas vezes por ano em Janeiro ou Fevereiro, certamente antes da Cimeira em Agosto ou Setembro. (J.A)++++

## **Instrumento visa regular a administração parlamentar**

**O novo regime jurídico do funcionário parlamentar vai definir um conjunto de regras de direitos e deveres em benefício do trabalhador, garantiu, o secretário-geral da Assembleia Nacional, Pedro Agostinho de Neri. O responsável, que falava ontem durante a Reunião Conjunta das Comissões de Trabalho Especializadas da Assembleia Nacional, disse que o presente documento**



**se enquadra na nova Lei Orgânica, que visa dar resposta a um conjunto de exigências da administração parlamentar.**

“Nós estamos a criar um conjunto de normas que devem regulamentar o exercício da administração parlamentar a nível interno. Tudo isso levou-nos a conceder regulamentos que permitem viabilizar e facilitar a aplicabilidade da nova Lei Orgânica”, explicou. De acordo com Pedro Agostinho de Neri, a Assembleia Nacional é um órgão de soberania que tem realidades específicas, tendo referido que nesta vertente a obriga a criar instrumentos internos que auxiliem a gestão corrente das questões que se colocam. O secretário-geral disse, ainda, que o diploma vai permitir a gestão e o exercício do compromisso como responsáveis em determinadas áreas a nível da administração da Assembleia Nacional. “São instrumentos que ontem não existiam e hoje estão a ser discutidos, aprovados e colocados ao nosso nível e, fundamentalmente, os procedimentos que vamos acolher para dar resposta a esse conjunto de exigências que a nossa casa vai apresentando todos os dias”, disse.

**Melhor organização da vida parlamentar**

A deputada relatora Elisandra Coelho acrescentou que o novo regime jurídico vai proporcionar uma melhor organização da vida parlamentar.

“Tivemos a oportunidade de aprovar o Estatuto Orgânico da Academia Parlamentar e o Regulamento do Funcionamento da Secretaria Geral. Estamos a analisar o normativo que vai reger os direitos, deveres e garantias do funcionário parlamentar”, disse. Elisandra Coelho adiantou que o novo regulamento jurídico do funcionário parlamentar vai criar melhores bases de trabalho, bem como melhores garantias e salvaguarda daquilo que são os direitos dos trabalhadores da Assembleia Nacional. Para o presente regulamento, a deputada disse tratar-se de um regime complementar à Lei de Base da Função Pública. (J.A)++++

## Conselho Superior da Magistratura abre hoje no Uíge novo Ano Judicial

**O Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) procede, hoje, na cidade do Uíge, à abertura do Ano Judicial, em acto a ser presidido pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, em representação do Chefe de Estado, João Lourenço.**

A anteceder o evento foi inaugurado, ontem, na capital da província com o mesmo nome, o Tribunal da Relação do Uíge, pelo presidente do Tribunal Supremo (TS) e do CSMJ, Joel Leonardo.

A infra-estrutura, instalada no edifício onde funcionava o Palácio da Justiça, na rua Dr. António Agostinho Neto, vai atender, igualmente, as províncias do Zaire, Cabinda, Cuanza-Norte e Malanje.

O Tribunal comporta 15 salas de trabalho para os juízes desembargadores, 10 gabinetes para procuradores, três salas de audiências, duas de plenários, duas de reuniões, um auditório com 100 lugares, gabinetes para os assessores e técnicos dos juízes e magistrados do Ministério Público e outras dependências de apoio técnico e administrativo.

Na ocasião, Joel Leonardo apelou aos magistrados judiciais alocados ao Tribunal da Relação a prestarem maior atenção às providências cautelares e à figura do habeas corpus, pois por esta via o cidadão deseja ver afastadas as imperfeições que julga existirem na decisão tomada em primeira instância.

Joel Leonardo falava após o acto inaugural do edifício onde estão implementados os serviços do IV Tribunal da Relação, correspondente à Segunda Região Judicial, que integra as províncias do Uíge, Zaire, Cabinda, Cuanza-Norte e Malanje.

“Sobre os vossos ombros recaem responsabilidades acrescidas. Há espécies de processos que tocam não só no corpo, mas, também, na alma do cidadão e do Estado de Direito e Democrático. Refiro-me às providências cautelares e as de habeas corpus, que devem merecer a vossa especial atenção”, alertou.

O também presidente do Tribunal Supremo lembrou aos juízes empossados que o principal desafio passa por trabalhar com afinco e em conjunto com os demais juízes desembargadores, para que as providências, por exemplo, do Golungo Alto (Cuanza-Norte), Cacuso (Malanje), Negage e do município do Uíge sejam tramitadas com a maior brevidade possível.

“Os processos normais antes subiam para Luanda, mas a partir de hoje (ontem) passam para a cidade do Uíge. Esta instância tem enormes responsabilidades, porque vai diminuir a pressão que Luanda tem sofrido”, notou.

Ao juiz presidente do Tribunal da Relação do Uíge e à vice-presidente, designadamente António José Santana e Teresa Manico, Joel Leonardo pediu para articularem as suas acções com os outros órgãos e com os tribunais superiores já em funcionamento, nomeadamente os tribunais da Relação de Luanda, Benguela, Huíla e o Tribunal Supremo.

Por seu turno, o governador José Carvalho da Rocha disse que a entrada em funcionamento do Tribunal da Relação do Uíge vai dar garantias aos potenciais futuros investidores, naquilo que é a salvaguarda dos seus direitos, deveres e interesses económicos.

## **Prestígio aos agentes da administração da Justiça**

O procurador-geral da República, Hélder Pitta Gróz, indicou que a implementação do Tribunal da Relação do Uíge vai conferir maior prestígio e comodidade aos agentes que intervêm na administração da Justiça, assim como aproximar os serviços dos principais tribunais. O magistrado do Ministério Público apelou ao juiz presidente do Tribunal da Relação a uma maior lisura e transparência da instituição, assim como a primar por uma gestão conjunta e participativa.

“Com a entrada em funcionamento desta instância judicial, devemos encontrar nas aspirações da população a nossa força de trabalho para uma maior celeridade da tramitação processual. Ouvimos do governador José Carvalho da Rocha algumas preocupações que devem ser

atendidas, principalmente a garantia aos investidores para a salvaguarda dos seus interesses e, ao mesmo tempo, promover e defender a harmonia entre os cidadãos”, disse. O bastonário da Ordem dos Advogados de Angola (OAA), José Luís Domingos, considerou a implementação dos Tribunais de Comarca e da Relação no país uma “indiscutível” preocupação do Poder Judicial na busca da efectivação plena da justiça. Enalteceu as acções que estão a ser desenvolvidas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), ao mesmo tempo que defendeu mais trabalho para a contínua melhoria da administração da Justiça em Angola. “Os novos edifícios e instâncias vão ajudar muito na administração da Justiça, mas precisamos de mais acções”, disse. . (J.A)++++